



CURSO DE PSICOLOGIA

WALESKA VIEIRA LOPES

**IMPACTOS DA EDUCAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO
SÓCIO EMOCIONAL DA CRIANÇA**

FORTALEZA

2021

WALESKA VIEIRA LOPES

**IMPACTOS DA EDUCAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO
SÓCIO EMOCIONAL DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Psicologia pela Faculdade Ari de Sá.

Orientadora: Prof. Dra. Áurea Júlia de
Abreu Costa

Aprovado (a) em: 21/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa
Faculdade Ari de Sá

Prof. Ma. Karine Lima Verde Pessoa
Faculdade Ari de Sá

Prof. Ma. Glysa de Oliveira Meneses
Faculdade Ari de Sá

IMPACTOS DA EDUCAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO EMOCIONAL DA CRIANÇA

Waleska Vieira Lopes
Orientadora: Prof. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa

RESUMO

A educação parental e seus efeitos no comportamento das crianças abre espaço para pesquisadores interessados em compreender a parentalidade e suas implicações no desenvolvimento infantil. Os estilos parentais ou as práticas parentais foram termos associados a temática desse trabalho cujo objetivo foi investigar, analisar e compreender os efeitos da educação parental no desenvolvimento sócio emocional e moral das crianças na aquisição de um comportamento socialmente aceito. Através de uma revisão integrativa de literatura foram explanados conceitos como parentalidade, infância, desenvolvimento sócio emocional dentre outros alinhados ao tema. O percurso metodológico partiu da busca nas bases de dados BDTD, Scielo, Pepsic e BVS psicologia brasil, considerando os descritores que tivessem correlação com o tema. Destacou-se que as práticas parentais negativas demonstraram relação em torno de problemas de comportamento das crianças e a rigidez dos pais tidos como autoritários associada ao modelo onde o controle e a disciplina são conservados através da punição. Os resultados reforçaram a relevância para ampliar o olhar sobre a atuação dos pais reconhecendo que há muito a ser feito em torno da tarefa de educar.

Palavras-chave: Práticas parentais. Estilos parentais. Parentalidade. Desenvolvimento infantil. Comportamento.

ABSTRACT

Parental education and its effects on children's behavior makes room for researchers interested in understanding parenthood and its implications in child development. Parenting styles or parental practices were associated with the theme of this work whose objective was to investigate, analyze and understand the effects of parental education on the socioemotional and moral development of children in the acquisition of socially accepted behavior. Through a integrative literature review, concepts such as parenthood, childhood, socio-emotional development, among others aligned with the theme, were explained. The methodological path started from the search in the BDTD, Scielo, Pepsic and VHL psychology brazil databases, considering the descriptors that were correlated with the theme. It was highlighted that negative parental practices showed a relationship around children's behavior problems and the rigidity of parents considered as authoritarian associated with the model where control and discipline are maintained through punishment. The results reinforced the relevance to broaden the view on the actions of parents recognizing that there is much to be done around the task of educating.

Keywords: Parental practices. Parenting styles. Parenting. Child development. Behaviour.

INTRODUÇÃO

Os impactos em torno da educação das crianças têm se mostrado uma temática constante no cotidiano social, possibilitando abertura de espaço para debates e pesquisas. As repercussões da criação dos filhos no desenvolvimento sócio emocional infantil demonstram correlações com diversos trabalhos produzidos em torno dos “estilos e práticas parentais”, termos utilizados por teóricos do desenvolvimento humano para falar também de parentalidade e das relações intrafamiliares que se transformaram ao longo do tempo.

A construção dessa pesquisa iniciou da investigação de como as práticas educativas familiares, impactam no desenvolvimento da criança, partindo dos conceitos de infância, educação, desenvolvimento humano, parentalidade, termos colocados também como descritores para a formulação desse trabalho. A metodologia empregada para coletar os dados é uma sessão destacada nesse estudo que detalha e explica todo percurso, revelando os critérios que foram empregados para a seleção dos artigos dessa revisão integrativa.

À luz da psicologia do desenvolvimento, de que forma a educação parental está conectada às práticas e estilos parentais e como elas influenciam na fase de desenvolvimento sócio emocional das crianças compõe as discussões. Nos resultados, o que se pode considerar uma educação que promova bem-estar ou que tenha efeitos negativos, respondendo aos objetivos perseguidos nessa pesquisa. A conclusão instiga produzir reflexões sobre a temática que é atual, amplamente discutida, problematizada nas rodas de conversa e objeto de pesquisa desenvolvida por diversos estudiosos interessados em compreender os fenômenos do desenvolvimento infantil.

Culturalmente, a tarefa de educar crianças e como a educação parental pode repercutir no desenvolvimento infantil, coloca a família no cerne da função educativa, embora a escola, as relações sociais, os meios digitais contribuam e exerçam influências na formação do indivíduo como um todo. Num enquadre conceitual, etimologicamente educar do Latim *educare* representa a ideia de conduzir e certamente é uma das habilidades nas quais nos especifica como sujeito social. Seu uso foi propagado por meio da obra de Jean-Jacques Rousseau (1792) na publicação de Emílio (DA CONCEIÇÃO BARBOSA-LIMA; DE CASTRO; DE ARAÚJO, 2006).

Fernandes (2013) compreende a ação de educar como uma praxe que busca ajudar o outro a ampliar seus potenciais, oferecendo informação útil ao

desenvolvimento de capacidades que respondam questões com as quais se tem que enfrentar. Que a família é base indispensável para o desenvolvimento infantil, onde desde o início o dever de regular o comportamento dos filhos reproduz um dilema a respeito da disciplina parental, tanto para os que defendem a permissividade quanto para os que defendem o controle autoritário por parte dos adultos. Assim, a qualidade da educação parental a partir da infância é uma referência para o desenvolvimento psicossocial da criança, pois suas práticas podem exercer influência no comportamento da mesma.

As regras ou normativas apresentadas pelos nossos antecessores para a educação das crianças eram inquestionáveis, os adultos castigavam e puniam como um direito legítimo de quem exercia o papel de educador, mesmo que com rigor físico. Quem não corrigisse seus rebentos, acabavam questionados e culpabilizados pela sociedade pelas desordens cometidas por eles (GOMIDE, 2014).

De Oliveira, et al (2020) apresenta o conceito sobre práticas parentais associado a estratégias educativas específicas com o intuito de desenvolver a criança na fase que lhe é oportuna, e que essas práticas se alinham com um conjunto de comportamentos que respondem situações do círculo familiar. Essas práticas estão correlacionadas aos estilos parentais que são padrões de conduta, ações e cognições referentes aos filhos, onde pais ou cuidadores fazem uso a fim de prepará-los para a sociedade. Embora práticas educativas e estilos parentais estejam interligados, essas duas categorias podem ser qualificadas de forma peculiar.

Jales Ribeiro, Gomes e Felizardo (2015) descrevem a parentalidade considerando a família como o socializador primário da criança e a define como o vínculo entre duas gerações onde os pais precisam garantir a educação e a evolução dos filhos. Ampliando a explicação, Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) conceitualizam a parentalidade como uma estrutura de transferência e reconhecimento da criança como parte de uma família seja ela de que forma esteja configurada, heteroparental, homoparental, monoparental, tentacular e assim por diante. Dessa forma, consideramos a parentalidade percorrida nesse estudo, na diversidade em que as famílias podem se encontrar.

A criança que esperneia no supermercado quando quer um objeto e não obtém ou que não segue o comando de seus pais para escovar os dentes após as refeições e grita porque quer comer um chocolate antes do almoço, demonstra nesse comportamento algumas das situações conflitantes que atravessam a parentalidade.

A submissão aos nossos desejos dificulta a convivência. Portanto, educar prepara para a convivência e socializa ensinando as crianças a reprimir alguns impulsos, demandas, desejos, por vezes temporariamente ou de forma definitiva. (SAYÃO, 2013). Sendo assim, conforme a criança vai crescendo e se desenvolvendo como sujeito social, sua educação poderá ir se tornando desafiadora, pois os pais terão que encarar pequenos indivíduos com mentes e desejos individuais que precisam aprender a respeito dos comportamentos socialmente aceitáveis. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

O desenvolvimento infantil é outro conceito que compõe essa pesquisa e é um processo que segundo Silva (2019) decorre do crescimento, maturação e aquisições onde o resultado pode se revelar por meio das capacidades e comportamentos nas perspectivas físicas, emocionais, sociais e cognitivas. Assim, os primeiros anos de vida são fundamentais, tendo em vista o desenvolvimento cerebral que se mostra numa forte atividade de crescimento e maturação.

Para Papalia e Feldman (2013) o desenvolvimento humano está concentrado nos processos sistemáticos de transformação e estabilidade que ocorrem nas pessoas da concepção até a maturidade. Nesse campo em constante evolução são estudados os aspectos físicos, ou seja, concentrados no crescimento do corpo e do cérebro; cognitivos, tais como aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, criatividade e raciocínio; e psicossociais relacionados ao padrão de mudança nas emoções, relações sociais e personalidade.

Acerca do desenvolvimento sócio emocional da criança, Silva (2019) traz explicações como um processo correlacionado entre as habilidades sociais e habilidades emocionais. No plano das emoções, a autorregulação é um construto essencial nesse desenvolvimento que é estabelecido como competência para mudança de comportamento conforme a demanda ou em acontecimentos específicos, considerando o contexto social onde a criança está situada.

As transformações sociais impactam na composição de conceitos e dessa forma, o sentimento de infância apresentado por Phillipe Ariès em sua produção sobre a história social da infância certifica essa fase da vida como uma construção histórica. A criança ficou por muito tempo distante da consideração social e do reconhecimento de direitos como os que se tem hoje. Para esse autor essa indiferença era completamente naturalizada e esse entendimento permaneceu forte por bastante

tempo, o que possivelmente refletiu na conexão afetiva dos adultos com as crianças (COLL et al., 2004).

Rastreado o campo contemporâneo compreendemos o abismo que separa a concepção de infância. Canuto (2017) aponta que a instituição da infância na modernidade, para além do pensamento de Santo Agostinho que presumia a infância até o período em que não se conseguia desenvolver a fala. A caracterização só foi possível quando os fundamentos de uma educação básica foram fixados através do surgimento de instituições com o propósito de educar a criança. Assim, pelo final do século XVI, em oposição à naturalização do desapego tolerado pelas crianças, religiosos e moralistas preconizaram uma revolução dos costumes em razão da educação, pudor e a moral no convívio com as crianças e a conseqüente mudança de pensamento sobre elas (CANUTO, 2017).

Destarte, com os desdobramentos acerca da concepção de infância instituiu-se na contemporaneidade a necessidade de qualificar a criança numa conotação de sujeito de direitos como o que está posto no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, como está descrito no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, em seu artigo segundo, é considerado criança a pessoa até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 1990).

Pesquisas como as de Paula Gomide apontam que a forma como os pais desempenham sua parentalidade influencia de forma distinta o desenvolvimento dos filhos. Sob a perspectiva de que a família ocupa um lugar para a promoção da educação infantil, embora a escola, os grupos sociais, as companhias e a cultura exerçam grande influência na constituição da criança, a aquisição dos valores morais e padrões de conduta são obtidos face ao convívio familiar. Quando esses valores deixam de ser transmitidos de forma adequada, os demais agentes formativos apoderam-se desse papel situando a função educativa secundária como parte principal no desenvolvimento dos valores infantis. (GOMIDE, 2014).

As estratégias nas quais os pais se utilizam com a finalidade de preparar os filhos para a sociedade em que se vive, servem para definir o que são as práticas parentais que esse estudo se propõe apresentar. (NINOMIYA, 2019). Apurar o estabelecimento de práticas educativas para a promoção do desenvolvimento infantil, subsidiado por informações do contexto científico, exerce impacto acerca do que pode ser mais adequado na tarefa de educar e criar filhos e problematiza o debate em torno do que contribui para um desenvolvimento saudável, ou não. É também uma

provocação vibrante e necessária. Afinal, o que cabe aos pais no desempenho de seu papel educacional e o que ela tem conseguido realizar? Como considerar uma educação parental que proporcione um desenvolvimento saudável? Assim sendo, esse trabalho apresenta uma revisão sistemática de literatura com o objetivo geral de investigar como a educação parental impacta no desenvolvimento sócio emocional da criança de forma ampla. Os objetivos específicos buscam; identificar os principais estilos parentais utilizados na educação das crianças; analisar os efeitos dos diferentes estilos familiares no desenvolvimento sócio emocional das crianças; compreender como as práticas de educação parental impactam na aquisição de comportamentos socialmente aceitos e suas repercussões.

2. METODOLOGIA

Ao estudar um tema, um percurso coerente para se esclarecer a hipótese e responder à pergunta de partida que mobiliza a produção da pesquisa acadêmica é apoiar-se em referências qualificadas sobre o assunto através de um exercício exaustivo de leitura. Assim, essa pesquisa perseguiu os objetivos desenhados através da revisão integrativa, num contorno temporal dos últimos dez anos. A escolha por essa metodologia para a investigação científica dessa produção considerou as condições individuais, ambientais e circunstanciais do contexto pandêmico de Covid-19, no entanto, sem prejuízo para a construção da pesquisa.

A definição em torno de um delineamento de pesquisa como a revisão integrativa de literatura é compartilhada por Souza, Silva e Carvalho (2010) como uma abordagem metodológica relacionada às revisões que propõe uma síntese de conhecimentos sobre conceitos, análise de teorias e evidências, bem como a verificação de problemas metodológicos para o entendimento de determinado fenômeno pesquisado em prol do campo científico, das instituições e da sociedade.

Em consonância aos protocolos específicos para o desenvolvimento dessa revisão o levantamento do material como a etapa seguinte à delimitação da questão a ser investigada, passou para a seleção da base de dados, de forma que fosse possível consultar uma diversidade de materiais bibliográficos compatíveis e adequados ao que se pretende desenvolver. Foram usados descritores como infância, educação parental, estilos parentais, práticas parentais, desenvolvimento infantil, parentalidade, criança, desenvolvimento sócio emocional, em diferentes combinações entre esses descritores nas bases, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações (BDTD), *SciELO*, BVS Psicologia Brasil e *Pepsic*, alocou dados em categorias e temáticas mais amplas, extraídas das produções selecionadas.

Como critério de inclusão, foram considerados os trabalhos produzidos em língua portuguesa dentro do recorte temporal dos últimos dez anos que trataram das práticas de educação parental e suas repercussões no desenvolvimento infantil. A delimitação do tempo se justifica pelo fato de trazer as produções mais atuais em torno do tema pesquisado. A seleção dos trabalhos se deu através do preenchimento dos campos onde os descritores eram lançados em combinações distintas, todos juntos ou em partes e que eles pertencessem aos resumos das produções científicas que abordassem implicações sobre os tipos de educação parental no desenvolvimento das crianças, de forma que a bibliografia acadêmica tivesse subsídios para responder o problema dessa pesquisa.

Como critério de exclusão, foram excluídos todos os trabalhos que se referiram às repercussões da educação parental na adolescência ou qualquer outro período que não a infância até 12 anos e que não atendessem aos critérios de inclusão, sendo escolhidos aquelas que estavam também alinhadas ao referencial teórico usado como base. Ressalta-se que inicialmente os descritores foram procurados nos títulos e nas palavras-chave e quando estes não foram localizados, procedeu-se a exclusão. O método adotado nesse estudo, contemplou os seguintes aspectos: tipo de metodologia adotado, contexto da pesquisa, perfil da amostra, instrumentos de coleta/construção dos dados, procedimentos metodológicos adotados, aspectos éticos do estudo.

O percurso metodológico se deu a partir da seleção dos artigos com base no levantamento de trabalhos científicos acessados através das bases de dados mencionadas e de acordo com os descritores. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos que estivessem relacionadas aos objetivos desse trabalho. Dessa triagem, procedeu-se a leitura na íntegra das produções selecionadas, sendo escolhidas aquelas que estavam também alinhadas ao referencial teórico usado como base. Através desse processo foram localizados 299 trabalhos entre teses, dissertações e artigos. Desses, todos estavam disponíveis e 5 estavam duplicados, restando 294. Ressalta-se que inicialmente os descritores foram procurados nos títulos e nas palavras-chave e quando estes não foram localizados, procedeu-se a exclusão. Com base nesse processo, foram identificados 2 teses, 2 dissertações e 5 artigos que atendiam aos critérios e objetivos da pesquisa, que selecionados,

passaram a ser examinados integralmente.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na primeira pesquisa, lançados os descritores, infância, educação parental, parentalidade, desenvolvimento infantil e práticas parentais, todos juntos em busca avançada onde a correspondência da busca considerasse qualquer desses termos nos resumos das produções foram encontrados 8.402 trabalhos. Numa nova busca, colocando os mesmos descritores, dessa vez onde correspondência da busca considerasse todos os termos nos resumos, foram contabilizados a quantidade de dois trabalhos. Procedendo a uma nova pesquisa que atendesse aos critérios de inclusão, a busca avançada foi desenvolvida em partes usando os mesmos descritores em combinações distintas, de forma que todos aparecessem nos resumos. Através desse processo, foi possível chegar à quantidade de 48 trabalhos entre teses e dissertações. Em seguida, os trabalhos foram acessados, todos estavam disponíveis e 4 estavam duplicados. Os descritores foram checados nos títulos e os resumos dos trabalhos foram lidos a fim de se preencher as categorias que contemplavam ou não os objetivos desse estudo. Assim, 43 trabalhos foram removidos por critério de exclusão, quatro contemplavam e estes foram selecionados procedendo-se a leitura na íntegra.

Na base de dados Scielo, seguindo o mesmo percurso metodológico, foram encontrados 58 trabalhos, todos disponíveis, uma duplicidade e 54 trabalhos removidos por critério de exclusão. Três trabalhos contemplavam e 3 foram selecionados. Na Pepsic, foram encontrados 139 artigos, todos disponíveis, nenhuma duplicidade e um artigo foi selecionado. Por fim, na BVS Psicologia Brasil, 54 artigos foram encontrados, todos disponíveis e sem duplicidade, um contemplado e escolhido.

Quadro 1 - Produções bibliográficas encontradas nas bases de dados.

Base de dados	Categorias	Quantidade
1. BDTD	Produções encontradas	48
	Contempla	4
	Não contempla	44
	Não disponível	0
	Duplicidade	4
	Produções selecionados	4
2. SCIELO	Trabalhos encontrados	58
	Contempla	2
	Não contempla	55

	Não disponível	0
	Duplicidade	1
	Trabalhos selecionados	2
3. PEPSIC	Artigos encontrados	139
	Contempla	1
	Não contempla	138
	Não disponível	0
	Duplicidade	0
	Artigos selecionados	1
4. BVS PSICOLOGIA BRASIL	Artigos encontrados	54
	Contempla	1
	Não contempla	53
	Não disponível	0
	Duplicidade	0
	Artigos selecionados	1

Fonte: própria autora.

Quadro 2 - Produções científicas selecionadas nas bases de dados.

Periódico (base de dados)	ARTIGO (título do artigo)	AUTORES	ANO (publicação)
Lume repositório digital UFRGS (BDTD)	O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais.	MACANA, Esmeralda Correa.	2014
Atena repositório digital da UFPE (BDTD)	Relações familiares e desenvolvimento socioemocional infantil em contextos de vulnerabilidade social.	SILVA, Juliane Lima Pereira da	2019
Biblioteca digital de teses e dissertações da USP (BDTD)	Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura.	CASSONI, Cynthia.	2013
Biblioteca digital de teses e dissertações da USP (BDTD)	Práticas educativas parentais e saúde mental de crianças.	ANDRADE, Cláudia Umbelina Baptista.	2019
Análise psicológica (SciELO)	Estilos parentais e relações de vinculação.	CARDOSO, Jordana; VERÍSSIMO, Manuela.	2013
Educar em revista	Relação pais e filhos:	BÖING, Elisangela;	2016

(SciELO)	Compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais.	CREPALDI, Maria Aparecida.	
Contextos clínicos (Pepsic)	Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura.	GUISSO, Luciane; BOLZE, Simone Dill Azeredo; VIERA, Mauro Luis	2019
Contextos clínicos. São Leopoldo. (BVS Psicologia Brasil)	Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa.	SCHMIDT, Beatriz; STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana.	2016

Fonte: própria autora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora existam diferenças individuais sobre como cada indivíduo lida com situações que o atravessa, por que uma criança observa atentamente a contação de uma história, enquanto outra não para quieta, se movimentando e implicando com os colegas? Porque uma criança atende os comandos de seus responsáveis – não mexa! – Enquanto outra parece não ouvir o que lhe solicitam? Por que a Maria monta uma torre de blocos e João, da mesma idade, joga as peças para longe por não conseguir fazer o encaixe? Como crianças apresentam respostas tão diferentes às mesmas situações?

A forma de educar e lidar com os infantes se transformou no curso do século XX e no começo desse século, a família tratou da educação das crianças com atitudes vinculadas a religião e ao modelo de como os pais foram criados. Eles conservavam o controle e a disciplina através da punição severa, usavam de poucos elogios e consentimentos sem dar maiores explicações a respeito de suas instruções e proibições (CASSONI, 2013).

Analisando a literatura foi possível fazer correlações entre os estilos e práticas parentais no eixo temático sobre educação parental. Embora estejam intimamente ligados, o campo das práticas e dos estilos parentais podem ser qualificados de forma particular. Os marcadores teóricos para as fundamentações nesse estudo põem a Psicologia do Desenvolvimento Humano apoiada na tipologia de Diana Baumrind, o modelo teórico de Gomide, e a Psicologia Evolutiva em torno do tema apresentado.

Concordando com Andrade (2019) e Cassoni (2013), percebe-se uma forte influência das pesquisas de Baumrind (1966; 1971) no que tange os trabalhos com foco nos estilos e práticas educativas parentais. Nas produções dessas autoras, a pesquisadora da década de 60 impulsionou esses estudos abrangendo questões comportamentais e afetivas envolvidas na educação dos filhos. Boing e Crepaldi (2016) salientam o estudo longitudinal de Baumrind que apurou os impactos dos estilos parentais no desenvolvimento infantil, citando alguns problemas comportamentais externalizados como a agressividade física ou verbal, destruição de objetos, inclinação para condutas delinquentes, hiperatividade inadequada e comportamentos internalizados como ansiedade, depressão, queixas psicossomáticas e isolamento social (BÖING; CREPALDI, 2016).

Para Papalia e Feldman (2013, p.229), “A autorregulação é o controle de seu próprio comportamento para se conformar às exigências ou expectativas de um cuidador, mesmo quando ele não está presente. É a base da socialização.” Essas expectativas parentais sendo confirmadas caminham em direção à subordinação aos padrões da sociedade e a socialização das crianças vai necessitar da internalização desses padrões. Macana (2014, p.37) concorda com as autoras ao destacar que a socialização é fundamental pois define diversas habilidades da criança, entre outras, “o desenvolvimento da autorregulação da emoção, do autoconceito, do pensamento crítico e comportamento”.

Macana (2014), parte da hipótese de que o desenvolvimento humano para a aquisição de competências cognitivas e sócio emocional é um processo que começa na infância e depende do envolvimento ativo da família. A trajetória de vida de uma criança na primeira infância é primordial, pois nesse período as bases que influenciarão o seu padrão de desenvolvimento estarão sendo construídas. É decisivo pois, até os três anos de idade as sinapses cerebrais acontecem de forma acelerada, incidindo de forma crucial no processamento de informações e aprendizagem. Na segunda infância, o potencial de linguagem e traços de sua personalidade são estabelecidas, bem como algumas demarcações da sua autoestima no sentido moral e empático. Na terceira infância, a fronteira em que é possível efetivar o Quociente de Inteligência, alcança níveis máximos (MACANA, 2014).

Schmidt, Staudt e Wagner (2016) afirmam que os pais no exercício de seu papel como mediador da socialização, utilizam-se de estratégias intituladas como práticas parentais, cujo engajamento envolve os pais num sistema de cuidados com

os filhos, com destaque na comunicação, nos meios para resolução de problemas, na manifestação de afeto para um desenvolvimento mais adaptativo, assim considerado como práticas positivas. Em contrapartida, o emprego de castigos físicos e negligência ficam associadas a uma baixa habilidade emocional e social, na trajetória para o desenvolvimento dos filhos e caracterizados como práticas negativas.

Guisso, Bolze e Viera (2019, p. 227) consideram as práticas parentais como um “processo de cuidado e socialização dos filhos por parte dos pais e mães, as quais podem ser positivas ou negativas”. A forma como as práticas são efetivadas, pode colaborar para uma redução ou menor frequência de condutas inadequadas por parte dos filhos, como agressividade, birras e desrespeito às normas sociais, etc. Dessa forma, as práticas positivas favorecem para as crianças o desenvolvimento de capacidades, melhoria do bem-estar sócio emocional, habilidade de enfrentamento e para os pais um elevado senso de eficiência.

Gomide (2014) associa o conjunto de práticas educativas como recurso e procedimento para a busca do objetivo de educar os filhos, vinculando as práticas de disciplina relaxada, negligência, monitoria negativa, punição inconsistente e abuso físico e psicológico a comportamentos antissociais e para o desenvolvimento pró social as práticas de monitoria positiva e comportamento moral. Na disciplina relaxada os pais estabelecem regras que eles mesmos descumprem, utilizando-se da ameaça como forma de controlar o comportamento da criança. A ameaça não é capaz de mudar um comportamento indesejável, ainda mais se os filhos sabem que o que foi sinalizado como castigo não será cumprido. Essa prática ensina atitudes indesejáveis como a manipulação emocional de forma que as figuras de autoridade podem ser desrespeitadas e que não se cumpre regras (GOMIDE, 2014).

Os estudos de Macana (2014) reforçam que as práticas parentais se dividem em categorias que podem ser tanto positivas como: a afetividade, o diálogo, a disciplina adequada, a monitoria positiva e o reforço; quanto negativas como: o abuso físico e psicológico, a punição inconsistente, a monitoria estressante e a disciplina relaxada. Complementa sobre as práticas negativas que vão contra o desenvolvimento infantil e influenciam comportamentos antissociais na infância. Destaca o abuso físico, como critério corretivo usado pelos pais, que intensifica os comportamentos inadequados. O abuso psicológico, citando como exemplos: humilhações, insultos, indiferença, também afeta o desenvolvimento sócio emocional, prejudicando a autoestima, o sentimento de eficácia e as habilidades sociais.

Já a negligência é representada pela falta de afeto, atenção, pela omissão por parte dos pais ou daqueles que são cuidadores e ocorre quando essas pessoas não são diligentes com as necessidades das crianças. Fica caracterizada quando a maioria dos comportamentos e ações da parte da criança é ignorada, sendo bastante prejudicial para ela, por poder despertar um comportamento desviante, ligado ao uso de substâncias e práticas infracionais na adolescência (GOMIDE, 2014).

Ao observar algumas situações, as vezes os pais atribuem castigos ou ameaçam com intuito de controlar ou extinguir um comportamento indesejável. Gomide (2014, p. 20) acredita que “o castigo nunca deve produzir privações de necessidades básicas; alimento, sono, carinho, ou produzir dor. O comportamento indesejado deve ser punido e não a criança”. A punição desproporcional pode ser prejudicial e as crianças que experimentam da severidade podem ter problemas para compreender palavras e atitudes dos outros, podem atuar com agressividade ou se tornarem passivas pelo sentimento de desamparo. (PAPÁLIA; FELDMAN, 2013). O castigo imoderado, o uso de violência, como ação visando fazer concreto o conteúdo da autoridade parental, é regulado no Brasil pela chamada Lei da Palmada (Lei nº 13.010/2014). (SOUZA; BERLINE, 2018, P. 70).

A supervisão estressante é a prática da monitoria negativa que se caracteriza pelo exagero de vigilância e fiscalização dos pais em relação às ações do filho e pela vasta quantidade de instruções repetidas e não seguidas por eles. Ao perceberem a cisma dos pais tendem a fraudar a fiscalização, mentir, fingir que não ouviram, ocultar objetos e na opinião dos filhos, não sentem que os pais confiam neles nem que estão sendo amados e cuidados (GOMIDE, 2014).

A punição inconsistente ou não contingente, também denominada de humor instável tem efeitos que prejudicam a percepção da criança sobre sua própria avaliação a respeito dos efeitos de suas atitudes sobre o outro e o meio. Por exemplo, uma mãe chega em casa nervosa e bate no filho independentemente do que a criança esteja fazendo, pode desencadear nele uma sensação de rejeição, falta de amor e afeto. Aprende a distinguir o humor dos pais e não internaliza os valores morais sobre o que é certo ou errado. Passa a proceder de maneira a poupar o mau humor dos pais. (GOMIDE, 2014).

São muitas as questões que preocupam pais e educadores e o estabelecimento de regras permite uma relação parental adequada a cultura de um determinado local. Geralmente, as crianças assimilam mais através de um reforço

para o seu bom comportamento. Os reforçadores externos podem ser tangíveis; por exemplo, mais horas de diversão e brincadeiras ou intangíveis; uma palavra de elogio, mais atenção, um abraço. Seja qual for o reforço, a criança percebe-o como recompensa e recebe-o após apresentar o comportamento almejado. Possivelmente, o comportamento deve abastecer um reforço interno com um sentimento de prazer ou realização. (PAPÁLIA; FELDMAN, 2013).

Papália e Feldman (2013) destacam a questão sobre afeto e comunicação, pois, pode se distinguir alguns pais a vista do caráter emocional que rege as relações deles com os filhos, da maior ou menor harmonia entre eles e das condições de trocas e comunicação presentes nessa relação. Desse modo, encontram-se pais e mães que conservam relações acolhedoras com os filhos, demonstrando empatia diante das necessidades deles, estimulando a expressão e verbalização dessas necessidades. Na outra ponta, as relações desprovidas da demonstração de afeto, hostis, marcadas por rejeição e a carência de trocas comunicativas como marcadores dominantes. Seguem a terminologia da pesquisadora Diana Baumrind e descreve a parentalidade democrática como uma prática que enfatiza a individualidade da criança e que pais democráticos são amorosos tolerantes, mas também firmes para sustentar padrões e cobram bom comportamento respeitando os interesses, opiniões e a personalidade dos filhos.

Cardoso e Veríssimo (2013) abordam os estilos parentais na tipologia de Baumrind (1967) e concordam com Papália e Feldman (2013) no que se refere ao estilo democrático, no entanto descrevem esse estilo na configuração autorizante. Afirmam também que esse estilo amplia a eficácia parental fortalecendo as habilidades dos pais como mediadores no processo de socialização. Estes pais apresentam um maior nível de exigência, mas também de afeto e costumam investir na educação dos filhos, propiciando um ambiente intelectual estimulante para eles. As crianças parecem ser mais independentes e com melhor desempenho acadêmico e pró-sociais. Esse estilo parece proporcionar resultados mais pertinentes ao desenvolvimento saudável, baixo nível de problemas comportamentais, depressão e ansiedade e mais assertividade, autorregulação e confiança.

Na parentalidade autoritária, Papalia e Feldman (2013, p. 303) enfatiza o controle e a obediência e explica que os pais buscam fazer a criança se adequar a um padrão estabelecido de comportamento, punindo-os de forma arbitrária e com rigor se

ela transgredir esse padrão. “Os filhos tendem a ser mais descontentes, retraídos e desconfiados.”

Cassoni (2013) define as características e a dinâmica do estilo autoritário como resultado da conjunção entre um elevado nível de controle e pouca responsividade. Os pais são rígidos, autocráticos que impõem muitas exigências e estabelecem restrições independentemente da participação dos filhos. Geralmente usam a punição como forma de controle e não validam o diálogo e a autonomia.

Destaca-se também o estilo educativo permissivo apresentado por Coll et al. (2004) que é marcado por altos níveis de afeto e comunicação, agregados à escassez de controle e de exigências de maturidade. Os pais são pouco favoráveis ao estabelecimento de regras, exigem ou efetuam controle sobre o comportamento das crianças. Procuram intervir o mínimo possível nas intervenções que prevejam exigências e solicitação de esforços (COLL et al., 2004).

A ideia de que a criança não tem limites e que teoricamente podemos correlacionar com a parentalidade permissiva, é uma concepção popular em que de fato, é o adulto que não tem o limite de pensar que seu papel é de educar a criança. Essa falta de limites é dos pais, que fazem de tudo para ver a satisfação plena de seu filho, acreditando que assim fará sua criança feliz. (SAYÃO, 2013).

Macana (2014) acrescenta em seu estudo o desdobramento do estilo permissivo, categorizado em indulgente e negligente. O estilo indulgente como resultado da ligação entre alta responsividade e baixo controle. O negligente, da ligação entre baixa responsividade e baixo controle. A oposição entre a parentalidade indulgente é em razão do não estabelecimento de normas e limitações, marcado na parentalidade autoritária.

Coll et al. (2004, p. 192-193) também acrescenta ao estilo indiferente, negligente, identificado por um envolvimento mais baixo no encargo de educar, o que pode ser observado nas relações com os filhos que são: frias, distantes, demonstrando pouca sensibilidade com as necessidades desses filhos e às vezes não respondendo as questões básicas. Nas crianças de pais autoritários, embora aparentem submissão e obediência, demonstram de baixa autoestima, pouca habilidade social e podem apresentar comportamentos agressivos na falta de controle externo.

Nessa revisão de literatura, os trabalhos encontrados fizeram correlações em torno da educação parental com o desenvolvimento sócio emocional da criança que a

depender do tipo, sendo positivas: auxiliam no diálogo, na aprendizagem moral, na capacidade empática, na expressão do afeto, ajudando na elevação da autoestima, no comportamento socialmente adequado, permitindo assim, uma relação familiar mais próxima e dialógica. Sendo negativas, caminham na contramão do desenvolvimento saudável e com consequências problemáticas para atuar em sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre educação parental, de modo geral, refletem as práticas predominantes correlacionando seus tipos e estilos às repercussões no desenvolvimento infantil. Nesse estudo buscou-se contribuir com o entendimento a respeito dos meios utilizados pelos pais para educar seus filhos para a aquisição de comportamentos socialmente aceitos, como os efeitos dessa educação pode impactar no desenvolvimento sócio emocional e moral das crianças, identificando e analisando os principais estilos parentais. Vale destacar que as práticas negativas demonstram relação em torno de problemas comportamentais das crianças e a rigidez dos pais autoritários associada ao modelo de criação onde o controle e a disciplina são conservados através da punição. Sendo positivas, caminham a favor do desenvolvimento saudável e socialmente funcional. As limitações desse estudo foram identificadas sob a perspectiva da diversidade parental, pois a educação das crianças e o exercício da parentalidade é uma questão que atravessa as várias configurações familiares e as produções referenciadas nesse percurso não expôs essa peculiaridade de forma clara, transmitindo a ideia de configuração familiar heteroparental. Como desdobramento desse estudo, depreende-se a necessidade de pesquisas que também considerem a parentalidade em composições diversas. Destaca-se ainda que a educação parental não é garantia de aquisição de habilidades e capacidades. Cada família tem uma cultura e uma maneira de se relacionar muito próprias. Colocar um parâmetro para ensinar como a família deve educar me parece de certa forma algo autoritário. Se algo não deu certo, que tal tentar de outra forma, ampliar o olhar e reconhecer que há muito a se fazer na tarefa de educar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cláudia Umbelina Baptista. **Práticas educativas parentais e saúde mental de crianças**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Olívia et al. O valor das práticas de educação parental: visão dos profissionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 654-684, 2019.

AQUINO, Julio Groppa; SAYÃO, Rosely; RIZZO, Sérgio; DE LA TAILLE, Yves. **Família e educação**. Papyrus Editora. Edição do Kindle.

CANUTO, Lívia Teixeira. **O conceito de infância em artigos brasileiros de psicologia**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

CARDOSO, Jordana; VERÍSSIMO, Manuela. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise psicológica**, v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013.

CASSONI, Cynthia. **Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Artes Médicas, 2004.

DA CONCEIÇÃO BARBOSA-LIMA, Maria; DE CASTRO, Giselle Faur; DE ARAÚJO, Roberto Moreira Xavier. Ensinar, formar, educar e instruir: a linguagem da crise escolar. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 2, p. 235-245, 2006.

DE OLIVEIRA, Aislan José et al. As Práticas Educativas Parentais E Suas Correlações Com O Desempenho Acadêmico: Uma Revisão Sistemática. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 25, n. 2, jul-dez, p. 64-92, 2020.

DE SOUZA, Iara Antunes; BERLINI, Luciana Fernandes. **Autoridade parental e Lei da Palmada**. Revista Brasileira de Direito Civil-RBDCivil, v. 17, p. 65, 2018.

FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.

FERNANDES, Fabiana Aguiar. **Educação parental: Aplicação de um programa**. 2013. Tese de Doutorado.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183-184, 2014.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Editora Vozes Limitada, 2014.

GUISSO, Luciane; BOLZE, Simone Dill Azeredo; VIERA, Mauro Luis. Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 1, p. 226-255, 2019.

JALES RIBEIRO, Esperança; GOMES, Marta Mendonça; FELIZARDO, Sara. Parentalidade e estilos educativos: Perspetivas de pais e crianças (educação pré-escolar). **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, 2015.

MACANA, Esmeralda Correa. **O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais**. 2014.

NINOMIYA, Mayara Haruka Sabino; DA SILVA, **Simone Cerqueira**. **Estilo parental em diferentes configurações familiares**. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, v. 4, n. 1, 2018.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento humano**. Artmed editora, 2013.

SCHMIDT, Beatriz; STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. **Contextos Clínicos. São Leopoldo. Vol. 9, n. 1 (jan./jun. 2016), p. 2-18.**, 2016.

SILVA, Juliane Lima Pereira da. **Relações familiares e desenvolvimento socioemocional infantil em contextos de vulnerabilidade social**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. **Parentalidade**. Autêntica Editora, 2020.